

A INCLUSÃO SOB O OLHAR DE EDUCADORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA

Maria Evanilda Salustiano Soares; Amanda Micheline Amador de Lucena

Instituto Unieduc. evanildasalustiano@gmail.com; amandamicheline@hotmail.com

Resumo: alunos especiais numa escola regular, como se esse processo (de integração) representasse a inclusão escolar. O professor deve estar habilitado para atuar no ensino inclusivo e isso inclui ter conhecimentos. Uma escola que promove a inclusão educacional tem como propósito favorecer a aprendizagem considerando toda diversidade e suas particularidades. Sabe-se da importância de se romper com o paradigma de integrar o aluno com deficiência ou com necessidades especiais sobre a legislação, dispor de recursos adaptados, acreditar nas potencialidades dos educandos e estar disposto para lidar com uma diversidade que requer práticas pedagógicas diferenciadas. Diante disso, objetivou-se verificar qual a percepção de professores de uma escola pública sobre o significado e a prática na educação inclusiva. Para isso foi desenvolvido uma pesquisa de campo de natureza descritiva numa escola municipal situada na cidade Soledade-PB. Os sujeitos da pesquisa foram professores e o instrumento utilizado foram os questionários. Constatou-se que 38% dos professores consideram que o respeito às diferenças é de fundamental importância para atuar na inclusão, contudo 33,3% dos educadores expressaram que a formação continuada é indispensável e 53,4% acreditam que a presença de alunos com deficiência interfere na prática pedagógica e que esses alunos teriam melhor desempenho em escolas especializadas. A partir das respostas obtidas através dos questionários, foi possível concluir que as concepções de alguns professores estão na contramão do processo inclusivo. Nesse sentido faz-se necessário políticas públicas eficazes, currículo e metodologias adaptadas para que o sistema educacional possa se adequar e promover uma educação inclusiva de qualidade.

Palavras-chave: Educação inclusiva, concepção, escolas especiais, significados.

INTRODUÇÃO

A inclusão das pessoas com deficiência ainda é um dos grandes desafios que a educação enfrenta hoje. Mesmo com a ampla legislação garantindo a educação inclusiva, percebe-se que o atendimento as pessoas com deficiências e/ou necessidades educacionais especiais, carecem além de políticas públicas mais coerentes, de mais envolvimento e sensibilidade humana por parte de todos os envolvidos no sistema regular de ensino.

Uma escola que promove a inclusão educacional tem como propósito favorecer a aprendizagem considerando toda diversidade. As limitações dos sujeitos devem ser consideradas apenas como uma informação sobre eles, pois a ênfase deve recair sobre a identificação de suas possibilidades para a construção de alternativas que permitam que tais

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

cidadãos tenham garantidas as condições favoráveis à sua autonomia escolar e social (PRIETO, 2005).

Sabe-se da importância de se romper com o paradigma de integrar o aluno deficiente ou com necessidades educacionais especiais numa escola regular, como se esse processo (de integração) representasse a inclusão escolar. O professor deve está habilitado para atuar no ensino inclusivo e isso inclui ter conhecimentos sobre a legislação, dispor de recursos adaptados, acreditar nas potencialidades dos educandos e estar disposto para lidar com uma diversidade que requer práticas pedagógicas diferenciadas. Neste contexto, objetivou-se verificar qual a percepção de professores de uma escola publica sobre o significado e a prática na educação inclusiva e descrever suas concepções quanto a aprendizagem de alunos com deficiências matriculados na rede regular de ensino.

METODOLOGIA

A referida pesquisa configura-se como pesquisa de campo de caráter descritivo que envolve levantamento bibliográfico e entrevistas. Optou-se por uma a abordagem quali-quantitativa e buscou-se identificar os possíveis entendimentos trazidos pelos respondentes sobre o tema Educação inclusiva.

O campo de pesquisa compreendeu uma escola municipal de ensino fundamental e EJA situada no município Soledade/PB. A referida escola tinha registrado 800 (oitocentos) alunos regularmente matriculados nas séries do ensino fundamental e EJA e 53 discentes distribuídos em 3 (três) turnos. A amostra pesquisada foi representada por 21 docentes que atuam na referida Escola. Os professores que responderam o questionário lecionam de 1º ano ao 9º ano do ensino Fundamental e EJA. Utilizou-se como instrumento de pesquisa para coletar as informações, um questionário onde são indagadas questões relacionadas ao tema: Educação inclusiva.

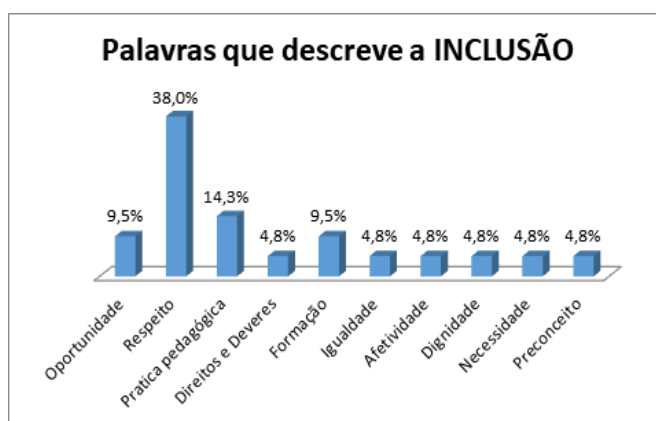
As respostas apresentadas pelos professores permitiram a análise crítica e compreensão do sentido do que foi escrito e suas significações. A partir dos dados coletados através dos questionários, procedeu-se a análise de cada questão, onde as respostas foram agrupadas, tabuadas em planilha Excel e a partir dessa tabulação foram construídas os gráficos com os resultados apresentados em percentual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Glat (2007) A educação Inclusiva significa um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, considerando que os mecanismos de seleção e discriminação que até então eram utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem.

Ao ser solicitado aos sujeitos da pesquisa que descrevessem quatro palavras vinculadas à “inclusão na Educação” e destacar qual a palavra mais relevante, os professores descreveram palavras que se convertem no sentido das palavras que estão apresentadas no Gráfico 1.

Gráfico 1- Indicação dos docentes sobre as palavras que descrevem inclusão em educação. Soledade/PB, 2017.



Fonte: dados da pesquisa

Pode-se observar que as concepções dos professores a cerca do processo da inclusão, envolve vários sentidos como: oportunidade, praticas pedagógicas, direitos e deveres, formação, igualdade, afetividade, dignidade, necessidade, preconceito, entretanto foi enfatizado a palavra RESPEITO, a qual obteve destaque (38%) entre as palavras mencionadas para representar a inclusão (Gráfico 1).

A partir da constatação que a palavra respeito foi mais indicada pelos respondentes como representação da inclusão, sugere-se que os professores consideram que o respeito às diferenças é de fundamental importância para atuar na inclusão, pois o respeito poderá propiciar elevação da autoestima, a valorizar a espécie humana incentivando as potencialidades de cada ser, enfatizando a perspectiva de inclusão como direito de todos. Neste sentido, Mantoan descreve que:

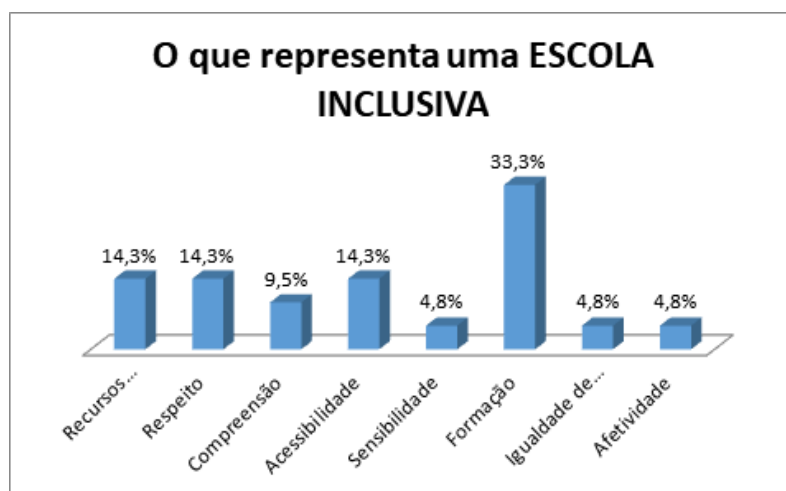
A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as (83) 3322.3222

de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN 2003, p. 57).

Através da afirmativa de Mantoan, pode-se inferir que o esforço que deve ser despendido para tornar a inclusão uma realidade escolar, realmente envolve todas as palavras descritas pelos professores e apresentadas no Gráfico 1.

Quanto às escolas inclusivas, estas devem considerar as necessidades de todos os alunos e sua estruturada deve estar articulada com as necessidades dos alunos (MANTOAN, 1997). Neste sentido, os professores descreveram quatro palavras que expressem o que uma escola inclusiva deve ter (Gráfico 2).

Gráfico 2- Concepção dos docentes sobre as palavras que representa uma Escola Inclusiva. Soledade-PB, 2017



Fonte: dados da pesquisa

Observa-se que os educadores expressaram que uma escola inclusiva deve possuir: Recursos pedagógicos, Respeito, Compreensão, Acessibilidade, Sensibilidade, Formação, Igualdade de oportunidades e Afetividade. Dentre as palavras descritas destaca-se que a formação continuada foi a palavra mais evidenciada (indicada por 33,3% dos professores).

Dos docentes que indicaram que a formação continuada é primordial numa escola inclusiva, destaca-se a descrição de 3 docentes quanto a importância desta formação docente para uma escola inclusiva:

Docente 1- “A habilitação dos profissionais da Escola é o instrumento que permite a inclusão de fato”

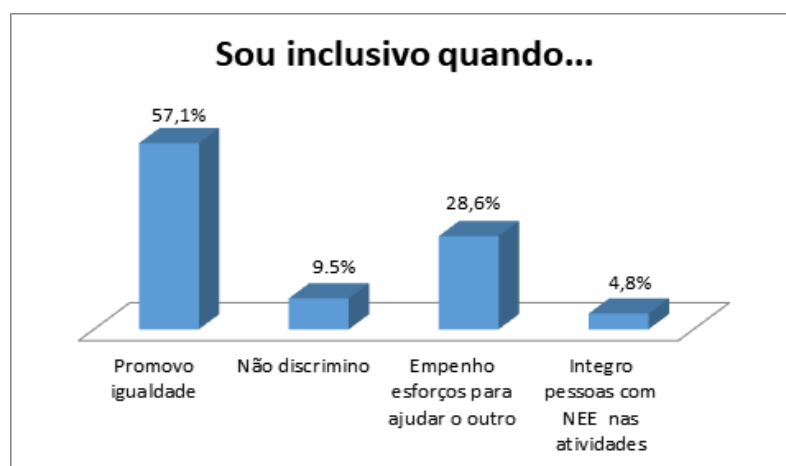
Docente 2- “Com profissionais capacitados os alunos com necessidades especiais terão um melhor aprendizado”.

Docente 3- “Porque sendo, o professor, a pessoa que atua diretamente junto ao aluno, ele, precisa de habilidade, para realizar um trabalho de efetiva inclusão”.

Baseado nas respostas dos educadores percebe-se que a formação continuada é realmente importante para que de fato a inclusão de pessoas com deficiências no sistema regular de ensino aconteça. Nesta linha de pensamento, Lima e Cavalcante (2010) afirmam que a formação na inclusão não oferece respostas prontas, não é uma múltipla habilitação para atendimento a todas as dificuldades possíveis em sala de aula, mas é uma formação que trabalha o olhar do educador sobre seu aluno, que lhe garante no acesso ao conhecimento sobre as particularidades de cada aluno e que ajuda a compreender as necessidades que esse possa ter, a entender que tipo de apoio é necessário, e onde buscá-lo.

A convivência, o respeito, a abertura ao diferente e iniciativas humanísticas por parte do professor, são algumas das disposições fundamentais para inclusão das pessoas com deficiências, na rede regular de ensino. Ao solicitar aos docentes que descrevam “Quando sou inclusivo”, verificou-se através da opinião dos respondentes diversas percepções que ao serem analisadas se convergem para o sentido de: promover a igualdade; não discriminar, maior empenho para ajudar o outro, integrar pessoas com NEE (Necessidades Educacionais Especiais) nas atividades, conforme é apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3- Considerações dos docentes sobre “Quando são inclusivos”. Soledade-PB, 2017.



Fonte: dados da pesquisa

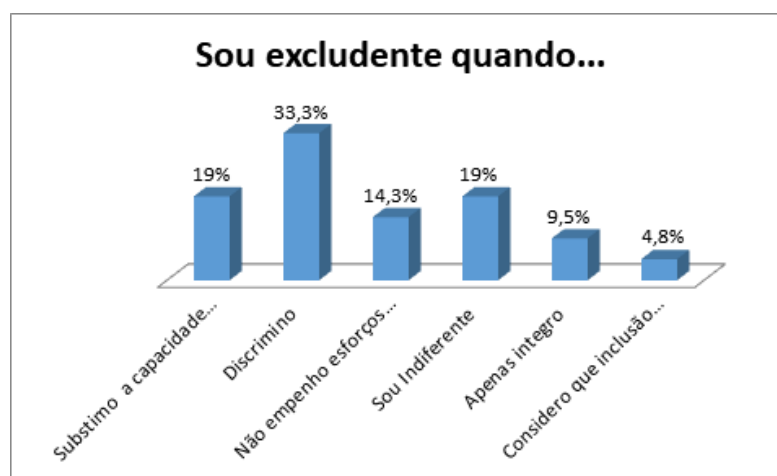
Verifica-se que a maioria (57,1%) dos docentes indicaram que ser inclusivo é quando se promove igualdade (Gráfico 3). Quando se refere a igualdade e diferenças, Frias (2009)

afirma que o ser humano fez parte de uma sociedade bastante diversa e que vivemos e convivemos diariamente com essas diferenças que podem ser de raça, crença, saúde, nível social, econômico e cultural, nacionalidade, moradia, personalidade, entre outras. No entanto, apesar de tanta diversidade, estamos “incluídos” nesta sociedade, baseado nos princípios de igualdade. Então a referida autora afirma que vivemos uma contradição, pois, a mesma sociedade que inclui pela igualdade, exclui pelas diferenças.

Observa ainda do Gráfico 3 que 4,8% dos docentes possui a percepção de inclusão baseada no senso comum, em que confunde-se as concepções de integração, pois apenas integrar os alunos com deficiências nas atividades não configura-se inclusão. Lima e Cavalcante (2010) afirmam que os conceitos de integração e inclusão são empregados para expressar casos diferentes de inserção e têm por trás posicionamentos divergentes para a consecução de suas metas, pois o processo de integração visa trabalhar com as deficiências das pessoas para que estas possam se reintegrar na sociedade como ser produtivo. Contudo a Inclusão, diferente da integração é um processo de ajustamento da sociedade as necessidade de seus membros, sendo que a escola e toda a equipe escolar devem se preparar e se modificar para a aceitação de crianças com necessidades especiais.

Ao serem questionados sobre o que os tornam excludentes, os docentes indicaram ações/reações que convergem para o sentido: subestimar a capacidade, discriminação, falta de esforços, indiferença, integração e atribuição da inclusão como responsabilidade de outros (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Considerações dos docentes sobre “Quando são excludentes”. Soledade-PB, 2017.



Fonte: dados da pesquisa

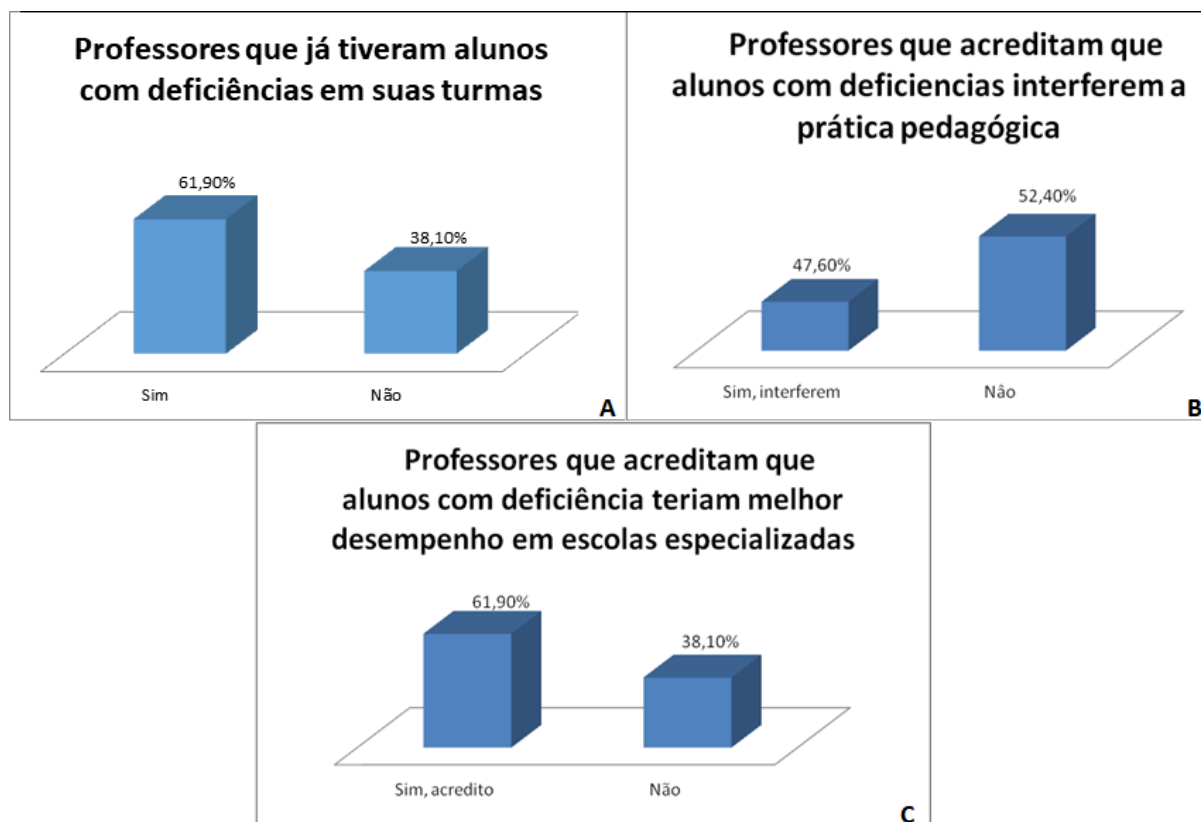
Constata-se no Gráfico 4, que 33,3% dos docentes consideram que ser excludente é discriminar o outro seja por ausência de práticas condizentes com a limitação de cada aluno, ou até mesmo pela falta de sensibilidade humana quanto ao ingresso do aluno com necessidades especiais no sistema regular de ensino. Segundo Fundação para o Desenvolvimento da Educação (2009) as discriminações praticadas com base nas diferenças ficam ocultas sob o manto de uma igualdade que não se efetiva e o desafio da escola é investir na superação da discriminação.

Verifica-se no Gráfico 4, que 4,8% dos respondentes apontaram que ser excludente é atribuir a inclusão como responsabilidade de outros, contudo Sabe-se que a inclusão é um processo no qual todos devem se envolver e sentir-se responsáveis, ou seja tanto a escola como a família e todos os membros da sociedade são responsáveis por esse processo. Neste sentido, Sant’Ana (2005) ao avaliar as concepções de professores e diretores no contexto da inclusão, constatou que os participantes da pesquisa reconheceram a importância de uma educação democrática, que atenda a totalidade dos educando, no entanto, apontaram que os órgãos administrativos competentes devem tomar as providências necessárias, incluindo a participação ativa de educadores, dos pais, e da sociedade para proporcionar aos indivíduos com deficiências um ensino adequado as suas necessidades específicas.

É necessária uma reflexão sobre as concepções e opiniões colhidas junto aos professores, pois suas concepções podem representar ou influenciar os processos de inclusão/inserção/exclusão dos alunos nessa escola municipal da rede regular de ensino. Dentre outras alternativas para tornar os professores mais esclarecidos quanto a importância de inclui, pode-se destacar a promoção de formação. Soares (2012) afirma que é necessário garantir as condições para inclusão das pessoas com deficiências e sabe-se que é necessária a sensibilidade dos educadores em buscar subsídios para atender todas as especificidades dos alunos, através de formações que ofereçam suporte para desenvolver as aprendizagens do aluno com algum tipo de deficiência.

A política de Educação Inclusiva (MEC, 2008) preconiza que os sistemas de ensino devam garantir a “transversalidade” da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior. No entanto ao serem indagados se possuem ou já tiveram alunos com deficiências em suas salas de aula regulares, 61,9% dos professores que participaram da pesquisa mencionaram que sim e, 38% indicaram que nunca tiveram aluno com deficiências em sua sala regular (Gráfico 5A).

Gráfico 5. Professores que já tiveram alunos com deficiências em suas turmas (A), professores que acreditam que alunos com deficiências interferem na prática pedagógica de ensino regular (B) e percepção dos professores quanto ao local adequado para os alunos com deficiências desenvolverem suas habilidades cognitivas (C). Soledade-PB, 2017.



Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se no Gráfico 5B que os educadores acreditam que a presença de alunos com deficiência, interfere a prática pedagógica, (indicada por 52,4% dos professores). Dos docentes que indicaram que a presença dos alunos com deficiências interferem na prática pedagógica destaca-se a justificativa de 2 docentes:

Docente 1- “Acredito que por falta de capacidade do professor o aluno acaba sendo excluído”

Docente 2- “Não deveria interferir, mas pelo fato da maioria dos profissionais não serem capacitados e as escolas não serem totalmente inclusivas acaba interferindo na prática”.

Baseado nas respostas dos professores observa-se que ao justificarem que a presença de alunos realmente interfere na prática cotidiana, podemos perceber que (as) concepções

expressadas estão atreladas a ausência de políticas públicas que priorize a formação docente, para que toda a equipe da instituição escolar estejam preparada para atender de forma coerente os alunos com deficiências e assim promoverem uma escola inclusiva.

Quanto a percepção dos professores no sentido do aluno com deficiência obter melhor desempenho quando estuda em escolas especializadas, percebe-se que 61,9% dos entrevistados acreditam que o aluno com deficiência pode ter melhor desempenho quando estão frequentando apenas instituições de ensino especializada (Gráfico 5C). Esse fato reforça que existe um preconceito velado quanto as potencialidade de convívio, interação, potencialidade e desenvolvimento desses alunos numa escola pública de ensino regular.

O fato de 61,9% dos professores acreditarem que os alunos com deficiências, teriam melhor desempenho em instituição especializada, indica a ausência de conhecimentos das legislações que amparam os direitos dos alunos com algum tipo de limitação, e das práticas pedagógicas de sucesso que são aplicadas com alunos com deficiências e que frequentaram o sistema regular de ensino.

Vários são os programas que tem sido desenvolvido no sentido de atender as demandas de uma educação inclusiva e Mendes (2002), acrescenta que o MEC vem desenvolvendo programas direcionados para a formação de recursos humanos, visando á implantação da política de educação inclusiva nas redes regulares de ensino, dentre estes programas destaca “Programa de Educação Inclusiva direito á Diversidade”. Nessa perspectiva é necessário que o poder público subsidie os recursos necessários para promover a inclusão e que os professores busquem conhecimentos para atuar numa educação para a diversidade, onde o docente adote um novo olhar e assim construir uma nova realidade.

CONCLUSÕES

Para a maioria dos entrevistados a Inclusão de alunos com deficiências no sistema regular de ensino, está diretamente relacionada a palavra respeito, ou seja os educadores mencionaram em suas falas que o respeito a diversidade é um dos aspectos de suma importância para o acesso e permanência dos alunos com deficiências no sistema regular de ensino. Enfatiza-se que, o respeito as diferenças deve está relacionado a todos os aspectos da inclusão, ou seja desde a acessibilidade arquitetônica, comunicacional até os aspectos atitudinal, pois negligenciar algum desses aspectos poderá representar um entrave para inclusão. Acreditamos que, para haver uma prática efetiva de inclusão é necessário uma

reestrutura do sistema de ensino que deve contemplar as práticas pedagógicas que condizem com a realidade dos alunos com deficiências incluídos no ensino regular.

Os professores consideram que ser inclusivo é não discriminar, ajudar o outro, integrar os alunos com deficiências nas atividades e principalmente promover a igualdade. Considera-se que, na realidade somos todos diferentes e sendo assim, cada sujeito possui suas necessidades e limitações específicas. Se tratando de pessoas com deficiência ou necessidades educacionais especiais, essas limitações se ampliam podendo comprometer o desenvolvimento satisfatório do educando e por assim ser, o sistema educacional deve promover subsídios para que esses alunos possam desenvolver suas habilidades de forma significativa.

Portando, sendo a inclusão um movimento mundial, e que tem como objetivo oferecer igualdades de oportunidades, todos educadores devem acreditar nas potencialidades e desenvolver práticas pedagógicas direcionadas ao desenvolvimento dos educandos para atender cada um, independente de suas limitações físicas e cognitivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Brasília/DF: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994. 203.

DECLARAÇÃO de Salamanca sobre **Princípios, Política e Prática em Educação Especial**. Salamanca: S.I., 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2017.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7letras, 2007.

GLAT, R. OLIVEIRA, E. da S. G. Adaptações Curriculares. **Relatório de consultoria técnica, projeto Educação Inclusiva no Brasil**: Desafios Atuais e Perspectivas para o Futuro. Banco Mundial, 2003.

GLAT, R.; MAGALHÃES E. F. C. B.; CARNEIRO, R. Capacitação de professores: primeiro passo para uma educação inclusiva. In: MARQUEZINE, M. C. et al. (Org.). **Perspectivas multidisciplinares em educação especial**. Londrina: Ed. UEL, 1998. p. 373 - 378.

LIMA, H.S.; CAVALVANTE, T.C.F. **A formação Continuada do professor para a Educação Inclusiva na Rede Municipal** do Recife. Centro de Educação: UFPE, 2010.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PRIETO, R. G. Inclusão escolar: algumas considerações sobre o conceito e suas implicações Psicologia e direitos humanos. In A. M. Machado, A. J. Veiga Neto, M. M. B. J. Neves, M. V. O. Silva, R. G. Prieto, W. Ranña, e E. Abenhaim (Eds.), **Psicologia e direitos humanos na escola: educação inclusiva, direitos humanos na escola**. Casa do Psicólogo. São Paulo, 2005.pp. 99-106.

SANT'ANA, I.M Educação Inclusiva: Concepções de Professores e Diretores. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v.10, n°.2, p. 227-234, mai/ago, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.